

JULIANA NEPOMUCENO PINTO  
WALESCA BORGES DA CUNHA E CRUZ

**VISITA AO PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL: CONHECER PARA PROTEGER**

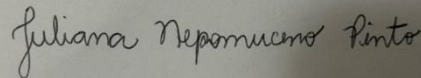
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola Superior de Defesa, como exigência parcial  
para obtenção do título de Especialista em Altos  
Estudos em Defesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Xavier Moreira

Brasília  
2023

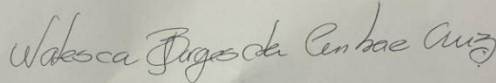
Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.

Brasília, DF, 13 de novembro de 2023



---

JULIANA NEPOMUCENO PINTO  
PESQUISADORA



---

WALESCA BORGES DA CUNHA E CRUZ  
PESQUISADORA

JULIANA NEPOMUCENO PINTO  
WALESCA BORGES DA CUNHA E CRUZ

**VISITA AO PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL: CONHECER PARA  
PROTEGER**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Superior de Defesa,  
como exigência parcial para obtenção do  
título de Especialista em Altos Estudos  
em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 13 de novembro de 2023

  
NÁDIA XAVIER MOREIRA – CF T MB (ESD)  
Orientadora

  
VIVIANE MACHADO CAMINHA – Profa. Dra. (ESD)  
Membro 1

  
PATRÍCIA PONTES BEZERRA – CF T MB (ESD)  
Membro 2

## Visita ao Palácio do Congresso Nacional: conhecer para proteger

Juliana Nepomuceno Pinto \*  
Walesca Borges da Cunha e Cruz \*

### RESUMO

A visita institucional ao Congresso Nacional teve início após a promulgação da Constituição de 1988, possibilitando uma aproximação do cidadão com o parlamento brasileiro. Assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender a contribuição da visita para a valorização do patrimônio cultural nacional e para o fortalecimento da cultura de Defesa, a partir da invasão do Congresso em 8 de janeiro de 2023. Por meio de um estudo exploratório, que mesclou análise documental, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários, foi possível descrever o roteiro da visita e as obras de artes em exposição no Congresso. Os resultados dos questionários demonstram que o programa de visita modifica a percepção do cidadão ao Congresso, uma vez que reforça, no visitante, o interesse pela preservação e valorização do patrimônio cultural. Nas considerações finais, concluiu-se que a visita é uma ação de educação patrimonial que fortalece os vínculos com a comunidade, estimula a valorização e proteção do patrimônio e da mentalidade de defesa.

**Palavras-chave:** Defesa Nacional; Patrimônio Cultural; Congresso nacional.

### *Visiting to the National Congress: knowing to protect*

### ABSTRACT

*The institutional visit to the National Congress began after the promulgation of the 1988 Constitution, enabling citizens to get closer to the Brazilian parliament. Thus, the objective of this research was to understand the contribution of visitation to the appreciation of national cultural heritage and to the strengthening of Defense culture, following the invasion of Congress on January 8, 2023. Through an exploratory study, which combined document analysis, bibliographical research and application of questionnaires, it was possible to describe the visitation itinerary and the works of art on display at the Congress. The results of the questionnaires demonstrate that the visitation program changes the citizen's perception of Congress, as it reinforces the visitor's interest in the preservation and appreciation of cultural heritage. In the final considerations, it was concluded that the visitation is a heritage education action that strengthens ties with the community, encourages the appreciation and protection of heritage and the defense mentality.*

**Keywords:** National Defense; Cultural Heritage; National congress.

---

\*Servidora do Ministério da Cultura. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás e Relações Internacionais pela PUC Goiás. Pós-Graduada em Direito Público.

\*Servidora do Senado Federal. Graduada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília. Pós-Graduada em Comunicação Legislativa e Ciência Política.

\*Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Defesa (ESD), 2023.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa visa analisar o programa de visitação institucional ao Palácio do Congresso Nacional em Brasília, Distrito Federal e compreender a sua contribuição para a valorização do patrimônio cultural nacional e para o fortalecimento da cultura de Defesa. A análise tem como eixo prioritário o percurso da visita e a percepção dos visitantes sobre as obras de arte do Congresso nacional.

A visitação ao Palácio do Congresso Nacional teve início em 1986, de forma incipiente, por servidores do Senado Federal. Segundo dados do Serviço de Visitação do Congresso Federal, a visitação institucional ganhou robustez a partir de 1996 com o primeiro concurso público para a área de Relações Públicas do Senado Federal. Anos mais tarde foi institucionalizada a visitação conjunta com Câmara dos Deputados e Senado Federal.

A motivação para a implementação da visitação institucional resulta da necessidade de aproximação do cidadão com o parlamento brasileiro. Para Santos (2013), o distanciamento existente da sociedade com o poder legislativo pode ser considerado como decorrente do sistema de representação democrático que perdeu o contato com os anseios e as necessidades da população, ocasionando uma separação entre o cidadão e o mundo político.

Nesse contexto, a visitação institucional possibilita uma aproximação do Estado com a sociedade civil. Um processo que se iniciou após a promulgação da Constituição de 1988. As instituições modernas estão se abrindo para a sociedade numa tentativa de se mostrarem mais transparentes e de transmitirem informações necessárias para a sociedade (Cruz, 2010).

A partir de dados dos relatórios de visitação institucional obtidos junto à coordenação do programa de agendamento de visitas, verifica-se que o Congresso Nacional recebe anualmente em torno de 150 mil visitantes. A robustez da atividade de visitação tem uma explicação aparentemente não tão evidente, mas o Congresso Nacional, entre os Três Poderes da República, tem um papel impactante e relevante na constituição dos Poderes na medida em que tanto a população quanto os Estados estão representados no Parlamento por meio dos 513 Deputados e 81 Senadores, pautando e legislando sobre matérias de suma importância para toda a sociedade.

Durante o período da pandemia de Covid-19, as atividades ocorreram em formato online. A partir de 2022, com o arrefecimento da pandemia, os serviços foram retomados gradativamente na modalidade presencial. Entre aberturas e fechamentos por conta das taxas de infecção pelo coronavírus, boa parte das visitas partiu de solicitações internas, delegações

estrangeiras e instituições públicas. Hodiernamente, o programa de visitação está em pleno funcionamento e com as portas abertas todos os dias da semana é perceptível o interesse da população na visita.

A partir das informações disponibilizadas na visitação, o cidadão passa a ter conhecimento sobre estrutura, o papel e o funcionamento de ambas as Casas Legislativas; tem noções de como acontece o Processo Legislativo e tem a oportunidade de se reconhecer como co-participante desse processo e pertencente ao patrimônio histórico-cultural.

O Congresso Nacional é uma instituição que se encontra no conjunto urbanístico de Brasília, a qual foi reconhecida como patrimônio da humanidade pela UNESCO em 1987. Segundo Lira (2014):

Na instância federal, o conjunto urbanístico de Brasília foi inscrito no Livro de Tombo Histórico pelo Iphan em 14 de março de 1990. A regulamentação do tombamento ocorreu em outubro de 1992 por meio da Portaria nº 314 do SPHAN. No nível global, Brasília foi reconhecida como patrimônio da humanidade pela UNESCO por meio do processo nº 445 de 17 de dezembro de 1987. Constitui-se no maior sítio inscrito na lista do patrimônio da humanidade, com área de 116 Km<sup>2</sup> (o Distrito Federal tem 5800 Km<sup>2</sup>). O valor universal excepcional foi atribuído ao Plano Piloto a partir do enquadramento em dois dos critérios definidos na Convenção do Patrimônio da Humanidade (1972): i. representar uma obra-prima do gênero criativo humano; iv. exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra estágio(s) significativo(s) da humanidade.

Em 8 janeiro de 2023, o Congresso Nacional foi invadido tendo sua estrutura e diversas obras de artes danificadas. Os ataques reforçaram a relevância das ações de preservação e segurança aos prédios da República e particularmente ao Congresso Nacional:

A depredação dos bens patrimoniais e culturais é uma questão preocupante, e não pode continuar acontecendo sob as vistas da sociedade, sem que nada seja feito. Apesar da legislação brasileira, ser bastante ampla e de boa qualidade, ainda não se efetiva na prática da forma como se faz necessário, e, até que isso ocorra, ainda será comum a perda de elementos culturais praticados em função dessa ineficiência legislativa.

Entender o patrimônio como um bem de interesse público não basta para mobilizar a sociedade, na medida que esta desconhece o seu valor e a necessidade de preservá-lo. A identificação com o conhecimento provoca uma alteração no modo de ver e perceber as coisas e o mundo (Medeiros, 2009).

Já no século XVI, é possível encontrar alguns elementos que norteavam o comportamento dos homens públicos daquela época, como o patrimonialismo. Herança dos colonizadores, o entrelaçamento do interesse público com o privado, com o uso indevido do patrimônio público, marcou as relações entre o governo e a sociedade. Há evidentes traços da necessidade de se tirar o máximo proveito da máquina administrativa, do patrimônio

público que deveria ser preservado e não dilapidado e explorado, como muitas vezes ocorreu (Cruz, 2010).

No Brasil foi aprovado em 1996, a Política de Defesa Nacional - PDN, que se configurou como a primeira iniciativa para orientar os esforços de toda a sociedade brasileira no sentido de reunir capacidades em nível nacional, a fim de desenvolver as condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. A referida Política foi atualizada em 2005, e, após sua revisão em 2012, passou a ser denominada de Política Nacional de Defesa – PND (Brasil, 2005).

Ressalta-se que a PND estabelece dentre os objetivos nacionais de defesa a garantia da soberania e do patrimônio cultural. Nesse aspecto, observa-se a relevância de uma cultura de defesa que visa consolidar e promover o conhecimento sobre os assuntos de defesa em toda sociedade e o alcance dos respectivos objetivos estabelecidos na PND.

Para tanto, visando o atingimento do propósito desse estudo, a abordagem do tema será efetuada de forma qualitativa, por meio de pesquisa exploratória.

## **2 METODOLOGIA**

O procedimento técnico utilizado na pesquisa envolve uma abordagem exploratória que inclui pesquisa bibliográfica e documental, mediante a análise de conceituação teórica, e de dados e estudo de caso, esclarecidos a seguir.

Com o intuito de captar as percepções dos participantes da visita institucional do Congresso Nacional foram aplicados questionários aos visitantes, elaborados especificamente para essa finalidade. Os questionários foram aplicados presencialmente pelas pesquisadoras durante o mês de agosto de 2023, na modalidade de visita espontânea, nos finais de semana, período de maior fluxo de pessoas. Nesse mês, o Congresso Nacional recebeu uma média de 10 mil visitantes. Para este estudo, foram selecionados 26 participantes aleatoriamente para aplicação dos questionários.

Ressalta-se que os questionários foram realizados em duas etapas da visita, contendo perguntas abertas e fechadas. O primeiro questionário foi aplicado no início de cada ciclo de visita institucional, que no geral, é realizado no intervalo de 30 minutos. Nessa etapa, enquanto os convidados aguardavam no Salão Negro, as pesquisadoras solicitaram o preenchimento do Questionário 1, no qual incluía tópicos abordando um perfil mais detalhado do visitante.

Após o encerramento daquele ciclo de visitação, já no Salão Branco, as pesquisadoras orientaram os visitantes sobre o preenchimento do Questionário 2, a fim de averiguar o impacto da visita para a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural brasileiro e para o fortalecimento da cultura de Defesa Nacional, a partir das informações disponibilizadas pelos mediadores durante a visitação e da visualização e explicações dadas pelos guias sobre as obras de arte que fazem parte do roteiro da visita, tais como Mariane Peretti, Athos Bulcão, Alfredo Ceschiatti, Burle Max, Di Cavalcante e outros artistas.

Com o fito de apresentar uma visão geral sobre o perfil do visitante e o itinerário da visitação, destacando o patrimônio cultural representando pelas obras de artes, as pesquisadoras analisaram os questionários aplicados ao cidadão em visita ao Palácio do Congresso Nacional e compuseram gráficos contendo dados estatísticos que demonstram os resultados das pesquisas.

Outra etapa relevante da pesquisa foi a consulta a documentos institucionais, que compõem um vasto e disponível acervo do Palácio do Congresso e funciona, ao mesmo tempo, como estratégia para aproximação do Parlamento com o cidadão por meio de informações que incluem roteiros, dados, história política do Congresso, levantamentos estatísticos e obras de arte da visitação. Dentre as publicações distribuídas na visitação citamos: *Congresso Nacional*; *Símbolos Nacionais*; *Manual do Cidadão*; e *Turismo Cívico em Brasília e O Senador* um Passeio.

### **3 PATRIMÔNIO CULTURAL E DEFESA: CONCEITOS E VISÕES**

As políticas públicas em torno da preservação e valorização do patrimônio cultural tem origem na década de 1920, quando são elaborados os primeiros projetos de lei sobre o assunto. A visitação ao Congresso Nacional tem um papel estratégico no fornecimento de informações históricas e na promoção e fortalecimento da identidade nacional. Fomentar a identidade nacional é um fator relevante para a consecução dos objetivos nacionais de Defesa.

Ortiz (1994) apresenta um amplo debate sobre o conceito de identidade e explica:

que existe na história intelectual brasileira uma tradição que, em diferentes momentos históricos, procurou definir a identidade nacional em termos de caráter brasileiro. Por exemplo, Sergio B. de Holanda buscou as raízes do brasileiro na “cordialidade”, Paulo Prado na “tristeza”, Cassiano Ricardo na “bondade”; outros escritores procuraram encontrar a brasilidade em eventos sociais como o carnaval ou ainda na índole malandra do ser nacional.



Sobre esse aspecto Ortiz (1994) critica a tentativa de descobrir os traços definitivos do caráter brasileiro e afirma que considerar o homem nacional através de elementos como “cordialidade”, “bondade”, “tristeza”, corresponderia a atribuir-lhe um caráter imutável, à maneira de uma substância filosófica.

Além de ser considerada fundamental para a preservação do espaço territorial, a identidade é um elo importante que une as pessoas daquela comunidade e um fator de proteção e preservação da cultura de um povo. Ortiz (1994) destaca que:

O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo. Na verdade, a invariância da identidade coincide com a univocidade do discurso nacional. Isto equivale a dizer que a procura de uma “identidade brasileira” ou de uma “memória brasileira” que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema.

Sobre esse aspecto, a visita institucional do Palácio do Congresso possibilita uma retomada do aspecto identitário, no que diz respeito à valorização do patrimônio cultural brasileiro. Para Funari (2005), escrever sobre patrimônio histórico não é simplesmente dizer que ele é uma representação do passado, pois representa uma viagem no tempo, que permite ao visitante inúmeras sensações físicas e emocionais através de vários equipamentos que remontam o passado e que dão origem à costumes de vida, família, cidade ou país.

Funari (2005) esclarece que outros fatores também motivam a visita de um patrimônio, dentre eles, a curiosidade, uma das características humanas; tais fatores ganham mais sentido com a presença do indivíduo que permite novas experiências de grande relevância e que são motivados ou pelos desejos pessoais do visitante ou pelo status social adquirido no fato de relatar a passagem pelo local de prestígio.

Nesse contexto, Choay (2017) afirma que o patrimônio expressa a identidade histórica de um povo e suas vivências, somando para a preservação da identidade de uma nação, ou seja, da identidade nacional. É a herança cultural do passado, vivida no presente e que será transmitida para as futuras gerações. Em última instância, são símbolos sacralizados a serem preservados como patrimônio coletivo e que deve ser cuidado por cada integrante daquele povo, legitimando social e politicamente o que é patrimônio ou não.

As noções de reconhecer-se, respeitar e, principalmente, preocupar-se em preservar um patrimônio histórico-cultural encontram-se intrinsecamente ligadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento. É este o principal fato que caracteriza as discussões atuais acerca da noção de “patrimônio”. O processo de se conhecer o patrimônio envolve a

participação dos sentidos e, principalmente, a manifestação de um sentimento de reconhecimento diante do bem cultural, seja ele material ou imaterial.

A Constituição Federal de 1988 (2016), em seu artigo 216, entende como patrimônio cultural brasileiro:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC nº 42/2003)

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Barranha (2016), entende-se por patrimônio cultural a somatória das criações e dos produtos da natureza e do homem que, de forma integrada, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos, um bem comum da sociedade e uma valiosa herança que pode ser legada.

Trata-se de um convite ao nosso reconhecimento e à nossa participação na medida em que o conceito de patrimônio abrange muito mais do que apenas edifícios e palácios construídos num passado recente ou distante, ele não se limita a um tempo passado ou futuro, pois o patrimônio de ontem é referência para a construção do patrimônio de amanhã uma vez que, por natureza, a cultura é dinâmica e está em constante renovação (Melo, 2021).

Nesse aspecto, Gonçalves (1996) discorre sobre o conceito de cultura:

O que diferencia o uso da palavra “cultura” no vocabulário evolucionista é o fato de aparecer sempre no singular. Fala-se em “cultura”, sua origem e evolução; mas não em “culturas”. Esse deslocamento do singular para o plural é que vai marcar a genealogia da noção de cultura, tal como aparece no discurso antropológico moderno (Gonçalves *apud* Stocking, 1968).

Para Gonçalves (1996) o uso da noção de cultura no plural está embutido em uma nova concepção da linguagem, ou linguagens, enquanto sistemas de signos, e que está associada ao nome de Saussure.

Gonçalves (1996), em resumo, sugere que:

numa perspectiva antropológica, as culturas são constituídas pelas metáforas por meio das quais as “inventamos”: ora como evolução, como função, como gramática, como código, como estrutura; ora como drama, teias de significados, textos, modos de produção textual, estratégias discursivas, dialogia, narrativas. Nesse mesmo processo de inventarmos

“outras” culturas por meio dessas metáforas, inventamos e reinventamos, simultaneamente, a nossa própria cultura, seja a cultura dos antropólogos, sejam as culturas vividas por indivíduos e grupos no cotidiano.

Nessa esteira, podemos ainda destacar as palavras de Rodrigues (2012) segundo as quais patrimônio cultural é o conjunto de bens, materiais e imateriais, de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a sua perpetuação no tempo. Segundo o mesmo autor, várias e importantes características e funções desse tipo de patrimônio podem ser destacadas entre as quais a evocação do passado, uma manifestação de um período determinado, um testemunho temporal, uma invocação ou convocação do passado.

Entretanto, o patrimônio cultural não se restringe aos bens materiais. Fonseca (2003) esclarece que:

Para esses, aplica-se um tipo de proteção legal que visa a assegurar sua integridade física, podendo inclusive limitar-se, com essa finalidade, o direito individual à propriedade. Entretanto, o que deveria ser uma das modalidades de formação desse patrimônio terminou por ser, durante mais de sessenta anos, a única disponível.

A despeito de muitas pessoas terem uma ideia rasa sobre o que é patrimônio cultural, quando restringem seu entendimento como sendo apenas objetos de museus, este termo é muito mais abrangente e amplo porquanto podemos incluir também documentos escritos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais, paisagens, edificações como os monumentos históricos de uma comunidade, sendo, sobremaneira, uma oportunidade única de a sociedade se perceber a si própria fortalecendo por consequência a sua identidade como povo.

Nessa direção, vale destacar sobre o conceito de patrimônio imaterial apresentado em alguns discursos como “patrimônio intangível”. Como destaca Gonçalves (2003):

É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas. A categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a referida moderna noção antropológica de “cultura”.

O patrimônio cultural visa principalmente, nas palavras de Rodrigues (2012), rememorar e manter a lembrança, o conhecimento e a historicidade dos acontecimentos mais marcantes e que merecem ser perpetuados para a manutenção e fortalecimento do que ele chama de “memória social”. Para Martins (2011), a memória social legitima a identidade de um povo, recorrendo ao patrimônio desse grupo.

Nesse viés, um dos grandes desafios é desenvolver atividades que se voltem para uma educação do patrimônio. Para Pinheiro (2015):

Entender ações educativas para o patrimônio não está em “capacitar” para a preservação, com valores impostos por conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas na afirmação contínua de que as pessoas são protagonistas no processo, sendo os seus valores e conhecimentos produzidos reconhecidos.

Ressalta-se que nem sempre a população se identifica com o patrimônio cultural nacional. Nesse sentido, Pinheiro (2015) alerta que:

A Educação Patrimonial tem, desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Trazendo o conceito para o âmbito da Defesa e ao considerarmos que os símbolos criados pelas comunidades sociais e culturais são elementos importantes e primordiais no fortalecimento de um sentimento coletivo de identidade, é possível sugerir que a construção patrimonial poderá manter as pessoas vinculadas, unidas por um passado, que se reflete no presente e que muito provavelmente continuará a funcionar como elemento de fortalecimento de laços no futuro (Dias, 2006).

Destaque-se, por oportuno, que a Defesa Nacional não se restringe à atuação das Forças de Segurança tampouco da guarda das nossas fronteiras, mares, espaços, mas, também, da capacidade que a memória social de um povo tem de preservar seu território material e imaterial e, dessa forma, se sentir pertencente àquele espaço, local, comunidade, sociedade como sua própria “casa”.

A Política de Defesa Nacional (PDN) do Brasil, de 2005, apresenta a diferença entre segurança e defesa para além de conceituá-las. Segundo a PDN, a segurança é uma condição em que não há sentimento de riscos ou ameaças; e a defesa é uma ação para manter ou obter a segurança, cito:

**DEFESA NACIONAL** - É o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

**SEGURANÇA NACIONAL** - É a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Nesse aspecto, Brasil (2005) destaca que em 2008 foi publicada a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa - END.

Assim, enquanto a PND apresenta os pressupostos básicos do País em relação à sua defesa e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa - OND, a Estratégia orienta todos os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas a serem implementadas para se atingir os objetivos estabelecidos.

Nesse sentido, a garantia da soberania e do patrimônio nacional estão estabelecidos na PND como Objetivos Nacionais de Defesa:

Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Trata-se de assegurar a condição inalienável de fazer valer os interesses nacionais e de exercer a última instância da autoridade do Estado, sobre o conjunto das instituições, bens nacionais, direitos e obrigações, bem como a estabilidade da ordem jurídica, o acesso e a mobilidade em todo o Território Nacional (Brasil, 2005).

Nessa perspectiva, dentre os fundamentos da concepção estratégica de defesa, destaca-se a capacidade de proteção:

A Capacidade de Proteção do território e da população brasileira exprime o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Assim, importa dotar a Nação da capacidade de resposta em situações excepcionais, preservando-se o funcionamento normal das funções vitais do Estado (Brasil, 2005).

Adicionalmente, há diversos estudos no país que buscam compreender as dimensões da cultura de Defesa. Ressalta-se que há, de maneira geral, certa dificuldade de implementar uma mentalidade de defesa nacional coesa, visto que, sendo o Brasil um país pacífico, aliado ao fato de não se identificar ameaças permanentes, a mentalidade de defesa é pouco desenvolvida. Para Santos (2013), a mentalidade de defesa pode ser considerada como:

um comportamento da nação, politicamente organizada e formada pelos integrantes da sociedade, capaz de influenciar o Estado Brasileiro nos assuntos referentes à defesa nacional e ao uso das Forças Armadas, de acordo com a importância atribuída ao tema defesa (Santos, 2013).

Para tanto, a cultura de defesa está inserida no contexto da cultura estratégica de uma nação, e que, portanto, se constitui em assunto de igual relevância para a sociedade civil e precisa ser consolidada, por meio de políticas efetivas que visem à formação de cidadãos aptos a debater esta questão (Fucille, 2006 *apud* Barreto, 2022).

O fomento à cultura de defesa, portanto, pode ser potencializado em vivências cívicas como é o caso do programa de visita institucional ao Congresso Nacional, a Casa que abriga os Estados, representada pelo Senado Federal, e a população do país, representada pela Câmara dos Deputados.

Nesse contexto, Carvalho (2015) defende a ideia de que a vida depende sobretudo da memória que as pessoas, edificações, casas, construções, castelos e Palácios, entre outros, carregam, contribuindo para uma construção social efetiva e que serve como suporte para a caracterização de uma sociedade como um organismo socialmente ativo e vivo.

Como aponta Cecília Londres (2003), o conhecer é o primeiro passo para proteger as nossas referências culturais, mas a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais vivida do que conhecida e essa dimensão raramente é levada em conta. Entretanto a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para proteger; é necessário que se propicie a reflexão crítica.

### 3.1 A CONCEPÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL EM BRASÍLIA

Até 1960, quando a capital do país foi transferida para Brasília, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estiveram instalados em diversos prédios históricos do importante patrimônio arquitetônico do Rio de Janeiro.

A cidade de Brasília, capital do Brasil, foi construída como um dos símbolos da modernização e desenvolvimento do país, motivada pelo programa político de Juscelino Kubitschek de ocupação e urbanização do interior geográfico do Brasil. O Congresso Nacional é uma das referências desse modernismo e se confunde, nesse sentido, com a imagem de Brasília. É um berço político e arquitetônico e uma das principais referências da capital para o Brasil e para o mundo.

Em 1891, a primeira Constituição da República brasileira definiu uma área de 14.400 Km<sup>2</sup> no planalto brasileiro para a construção da nova capital. No ano seguinte, O Presidente Floriano Peixoto enviou uma comissão para delimitar o local exato para a cidade. A comissão foi chefiada pelo astrônomo e geógrafo Luiz Cruls, conhecida como Missão Cruls, que utilizou como base o trabalho do então embaixador do Brasil na Áustria, Adolfo Varnhagen, que em 1877, empreendeu uma viagem de reconhecimento para a região do Planalto Central (Medeiros, Valério; Da Silva Matta, Mauricio, 2016).

A Missão teve como um dos principais resultados o Relatório Cruls que durante décadas foi referência aos debates sobre a transferência da capital para o Planalto Central, a qual se efetivou em 1960 no governo de Juscelino Kubitschek, caracterizado por grandes transformações em um discurso de modernidade e desenvolvimentista a partir do lema “50 anos em 5”, conforme o Plano de Metas.

Brasília fazia parte naquela época de um imaginário da modernidade e seria uma cidade exemplo da qualidade arquitetônica e urbana que os brasileiros seriam capazes de erguer. A nova capital também reafirmava a identidade nacional a partir do sentimento que derivava da Semana de Arte Moderna em 1922, em que havia uma efervescência do sentimento de brasilidade e da antropofagia que fortalecia o desejo de uma arte com valores nacionais, bem como resumiu:

Portanto, o que havia sido iniciado em 1922 amadureceu até as décadas de 50 e 60, com reflexos na produção artística, em direção ao movimento moderno, que, na arquitetura, alcançou sua plasticidade extrema com a produção de Oscar Niemeyer. Nossa música levaria ao mundo a Bossa Nova e o Cinema Novo, de Glauber Rocha. A literatura, bem representada nas obras de Jorge Amado, as artes plásticas, com Portinari e Di Cavalcanti, e tantas outras manifestações culturais adquiriram personalidade própria, estabelecendo uma nova consciência nacional (Medeiros, Valério; Da Silva Matta, Mauricio, 2016, p.19).

Brasília nasceu da efervescência desse modernismo com uma concepção urbanística proposta por Lucio Costa e da arquitetura dos Palácios projetados por Oscar Niemeyer que, no ano de 1987, possibilitou o tombamento da cidade pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O projeto urbanístico de Brasília baseou-se em quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica. A Escala Monumental é constituída pelo Eixo Monumental e confere aos edifícios um valor simbólico, associados às ideias de civilidade, civismo e brasilidade. Como exemplo estão o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Palácio do Supremo Tribunal Federal e a Esplanada dos Ministérios.

Na concepção do Congresso Nacional, Oscar Niemeyer optou por incorporar arte à arquitetura. No Palácio há um rico acervo artístico, que engloba esculturas, mobiliário e pinturas de elevado valor histórico.

A opção por incorporar arte à arquitetura pode ser interpretada como uma atitude deliberada de Niemeyer, que preferiu utilizá-las em lugar de materiais de acabamento mais caros, tradicionalmente empregados para valorizar os ambientes. A conclusão das reformas ocorreu em 1971 e efetivou aquilo que na arquitetura moderna alcançou o apogeu: a plena integração entre arquitetura e arte, por meio da utilização de obras não como mero complemento de gosto em ambientes, e sim entendidas como parte da própria ambiência dos espaços (Medeiros, Valério; Da Silva Matta, Mauricio, 2016).

Desse modo, dado o rico acervo cultural do Congresso Nacional, anos mais tarde, a partir da promulgação da Constituição de 1988, o Palácio do Congresso Nacional abriu as portas para um programa de visitação institucional.

#### 4 A VISITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Instituída para aproximar o Legislativo do cidadão e dar visibilidade aos aspectos do modernismo implementados por Oscar Niemeyer, a visita acontece todos os dias da semana no período de 9h às 17h, com grupos contendo em média 30 pessoas, em um cenário cívico representado pela Praça dos Três Poderes, onde está a representação e a convergência da arquitetura das instituições políticas mais emblemáticas da República: Poder Executivo (Palácio do Planalto), Poder Legislativo (Congresso Nacional) e Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal).

A visita completa dura cerca de uma hora e se inicia no Salão Negro do Congresso Nacional, um espaço comum entre as duas Casas Legislativas: Câmara dos Deputados e Senado Federal, conhecido também como entrada solene do Palácio. As visitas também podem ser agendadas em inglês, espanhol, francês ou libras. A visita ao Congresso Nacional também faz parte do VIIBRA, um programa de Visitação Institucional Integrada em Brasília, composto por outras instituições que disponibilizam visitas presenciais em Brasília.

Ao visitar o Congresso Nacional, o cidadão tem como palco mais amplo o contexto urbanístico da cidade modernista (Holston, 1993). Como se trata de um *tour cívico*, o cidadão tem acesso à dimensão histórica do Parlamento e da democracia, que incluem os espaços de uso político do Congresso Nacional, e também recebe orientações dos guias sobre o valor histórico e artístico das obras de artes. Portanto, aqueles que se interessam menos por política podem admirar as artes.

Os visitantes entram no Congresso Nacional pela rampa de acesso da entrada principal, que dá acesso ao Salão Negro, espaço utilizado para recepção de Chefes de Estados e demais autoridades, e onde acontecem algumas das cerimônias e exposições do Congresso.

Assim como diversos espaços do Congresso Nacional, o piso é a referência do nome. Os visitantes aguardam no salão até serem conduzidos pelos monitores. No Salão Negro o piso é semelhante ao granito, na cor preta. Por essa razão o nome. A parede principal ao fundo, é um projeto de Athos Bulcão, de 1960, com pedras brancas e pretas. Nas laterais do Salão Negro estão os Salões Nobres da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, ambos são utilizados para receber convidados oficiais das duas Casas.

Na parede de mármore branco da Câmara, localizada no Salão Negro, há um trecho do discurso do ex-presidente Juscelino Kubitschek, pronunciado quando foi sancionada a



lei, de 1957, que fixava a data de transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, cito:

Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a nação dá, após sua independência política, para a sua plena afirmação como povo que tomou a seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história contemporânea viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e civilizar a terra que conquistou, vastas como um continente; a de integrar, na comunhão dos povos, para o bem comum da humanidade, um dos mais ricos territórios do mundo.

E congratulo-me com o Congresso Nacional, que com alto discernimento e patriotismo soube auscultar os sentimentos desta nação, soube acolher seus históricos anseios, soube, mais uma vez, mostrar-se fiel cumpridor da soberana vontade do povo brasileiro.

No Salão Negro os visitantes recebem orientações iniciais dos funcionários da instituição e são direcionados ao Salão Nobre da Câmara dos Deputados. No roteiro da visita está incluída a passagem de um vídeo institucional, em um pequeno auditório no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, com apresentação da história do Congresso Nacional, seus personagens relevantes como Ulisses Guimarães, e sua dimensão arquitetônica e monumental. Depois o visitante é direcionado para o Salão Verde da Câmara, onde estão as maquetes do conjunto arquitetônico do Palácio do Planalto.

Durante a semana, o Salão Nobre da Câmara dos Deputados é um espaço reservado para que o presidente da Câmara receba autoridades em visita oficial. O local destaca-se pelo trabalho da artista plástica franco-brasileira Marianne Peretti com o vitral intitulado “Pasiphae (pasífaí) – a mãe do Minotauro”, de 1977. Já o painel em madeira azul escuro, do mesmo ano, é do artista plástico Athos Bulcão e o mobiliário de Le Corbusier, Mies Van Der Rohe.

No Salão Nobre do Senado está o Museu Histórico Senador Itamar Franco, que é aberto para visitantes durante a semana, mas não está incluído no roteiro de visita do Palácio. Inaugurado em 1991, o Museu é composto por obras de arte e pelo mobiliário do Palácio Conde dos Arcos e do Palácio Monroe, antigas sedes do Senado Federal no Rio de Janeiro. No espaço, o Presidente do Senado recebe visitantes oficiais.

O Salão Verde, dá acesso à Câmara dos Deputados, e é um espaço onde os parlamentares concedem as entrevistas aos jornalistas; possui diversos ambientes de espera e obras de artes. Também fica nesse local uma maquete tátil do Congresso Nacional feita para pessoas com deficiência visual evidenciando a torre e a cúpula do Senado (voltada para baixo), à esquerda, e torre e Cúpula da Câmara (voltada para cima) à direita. Na maquete

também estão incluídos os anexos das duas Casas. Entretanto, após a invasão do Congresso em 8 de janeiro de 2023, a maquete foi danificada e está em processo de recuperação.

Dentre as obras de artes que decoram o Salão Verde, há bancos e poltronas de arquitetos como Oscar Niemeyer, Mies Van Der Rohe e Le Corbusier. A disposição do mobiliário valoriza a qualidade original do espaço de modo adaptado às demandas de uso e circulação de pessoas. O mural de azulejos azuis e brancos que reveste a parede externa do Salão, conhecido como “Ventania”, é uma obra de Athos Bulcão criada em 1971. No projeto original de Oscar Niemeyer, o mural não existia. A ideia era que qualquer pessoa que estivesse dentro do Congresso Nacional pudesse enxergar a Praça dos Três Poderes por um mural de vidro e da mesma forma as pessoas que estavam fora do Congresso podiam ver seu interior.

No projeto original, o salão era vazado, o que permitia a visão da Praça dos Três Poderes e dos Palácios do Supremo Tribunal Federal e do Planalto. Entretanto, com a necessidade construir mais Gabinetes no Palácio, Athos Bulcão foi convidado para construir o muro em 1971. O muro é composto por azulejos brancos e outros três padrões de figuras geométricas na cor azul estampados em fundo branco. O jardim próximo ao muro é um projeto do arquiteto-paisagista Roberto Burle Max:

Ocorre que o arquiteto Oscar Niemeyer concebeu os salões Verde (Câmara dos Deputados) e Azul (Senado Federal) de modo a possibilitar ao indivíduo, estando nestes locais, enxergar a Esplanada dos Ministérios a oeste e a Praça dos Três Poderes a leste. Com a ocupação pelas lideranças, essa permeabilidade visual foi comprometida, implicando que dos espaços nobres das Casas tornou-se possível visualizar exclusivamente a Esplanada, como se o Congresso Nacional desse às costas à Praça dos Três Poderes. (Medeiros, Valério; Da Silva Matta, Mauricio, 2016, p. 35)

Outra obra de Athos Bulcão que fica no Salão Verde é o “Muro escultórico”, de 1976, em madeira oca envernizada coberta com resina envernizada na cor verde escuro.

**Foto:** Muro escultórico (Athos Bulcão, 1976)



**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2023).

Em frente ao “Muro escultórico” há uma galeria de retratos dos presidentes da Câmara dos Deputados nos períodos de Império e da República. No Salão Verde também está o Painel de Di Cavalcanti, obra sem nome, conhecida popularmente como “Alegoria de Brasília” ou “Candango”, encomendada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek e está no Palácio desde a sua inauguração, em 1960. Uma homenagem aos trabalhadores, de diversas regiões do Brasil, conhecido como candangos, que ajudaram na construção de Brasília.

**Foto:** Conhecida como *Alegoria de Brasília* ou *Candango* (Di Cavalcanti)



**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2023).

Também é no Salão Verde que fica o painel vitral “Araguaia”, de 1977, criado por Marianne Peretti, feito por superposições de placas de vidro temperado na cor bronze, sustentados por pinos e aços, com fortes linhas desenhadas a jato de areia. A técnica sugere pelo movimento das figuras geométricas, um curso de um rio, com pequenas ilhas e peixes.

Uma das peças que é referência nos estudos do artista plástico Alfredo Ceschiatti para a confecção dos anjos da Catedral Metropolitana de Brasília fica no Salão Verde, e atualmente se encontra em recuperação. A escultura feita em bronze é conhecida como “Fragmento de Anjo”.

**Foto:** Fragmento de Anjo (Alfredo Ceschiatti)



**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2023)

Ainda no Salão Verde há uma exposição permanente de presentes protocolares do Museu da Câmara, que são presentes oferecidos por Chefes de Estado, representações diplomáticas estrangeiras e autoridades de todo mundo ao Presidente da Câmara dos Deputados em visitas oficiais ao Parlamento Brasileiro. Entre as peças de arte expostas, encontram-se vasos e louças, pratarias, bibelôs, quadros, relógios, caixas de música, armas e outras preciosidades de diferentes países.

Cabe registrar que os presentes protocolares são presentes institucionais e não são de propriedade do titular do cargo que ocupa, mas da instituição visitada, no caso, da Câmara dos Deputados.

O Plenário Ulysses Guimarães, ao lado do Salão Verde, é o local onde são realizadas as sessões da Câmara dos Deputados. O local possui 396 assentos e 3 espaços para cadeira de rodas, totalizando 399 lugares. Considerando que a Câmara é composta de 513 Deputados Federais, não há assento para todos no Plenário. Somente os líderes partidários possuem assentos reservados. Entretanto, durante a votação os parlamentares podem utilizar qualquer uma das bancadas que estão livres utilizando o sistema eletrônico de votação, por meio de impressão digital e senha, o que torna o voto parlamentar pessoal e intransferível.

No Plenário, a galeria é o espaço, com 400 lugares, destinado ao público para assistir às sessões. Há também o mezanino entre a galeria e o Plenário destinado à imprensa e autoridades convidadas.

Atrás da Mesa da presidência da Câmara há um painel de metal esmaltado do artista plástico Athos Bulcão, com placas em verde e amarelo, além das bandeiras do Brasil e das mesas da Secretaria Geral.

Na entrada principal do Plenário do Senado Federal fica o Salão Azul, assim denominado em virtude da cor do carpete.

A Praça das Bandeiras é um local no Salão Azul onde estão dispostas alternadamente as bandeiras das vinte e sete unidades da Federação, conforme a data de criação, a partir da Bandeira do Brasil, localizada ao centro. O primeiro estado oficialmente criado foi o da Bahia, seguido pelo Rio de Janeiro, e assim sucessivamente.

Também no Salão Azul está localizado o gabinete do Presidente do Senado e do primeiro e segundo vice-presidentes; e a entrada para as salas da Secretaria Geral da Mesa, órgão de apoio ao processo legislativo. Os assentos dos senadores são marcados e distribuídos na ordem alfabética das unidades da Federação. O sistema de votação eletrônica, por meio da impressão digital e botões de votação, está localizado nas bancadas de cada

senador. A Galeria é o espaço destinado à visitação do Plenário do Senado Federal. O espaço tem 100 lugares e recebe visitantes interessados em acompanhar as sessões públicas.

A c pula do Senado é voltada para baixo. No teto há uma obra de Athos Bulcão, que consiste em 135 mil placas metálicas esmaltadas com o objetivo de melhorar a acústica, ilumina o, além de decorar o ambiente. Atrás da Mesa do Presidente do Senado há um painel de metal do artista plástico Athos Bulcão.

O busto de Ruy Barbosa está no Plenário do Senado desde a década de 40 como uma homenagem a esse personagem que foi senador por 32 anos, de 1890 a 1922. Ruy Barbosa era advogado, jurista, diplomata, escritor e jornalista. Foi deputado provincial no período do Império e um dos principais responsáveis pelo texto da primeira Constitui o Republicana do Brasil.

Outro destaque no Plenário são os desenhos do funcionário da limpeza chamado Clodoaldo Silva. Em 1998, para homenagear o nascimento do seu filho ele fez o primeiro desenho da Bandeira Nacional no carpete próximo à Mesa da Presidência do Senado, utilizando a escova do aspirador de p . Em 2004, desenhou a Catedral e em 2006 fez o perfil do Senado para comemorar os 10 anos da TV Senado. Hoje os desenhos de imagens de Brasília se tornaram referências no Plenário do Senado e são refeitos de rotineiramente.

O Túnel do Tempo liga o edifício principal ao Anexo II do Senado. Em suas paredes há uma exposi o intitulada "O Senado Brasileiro – do Império   República". A mostra retrata parte da trajetória social, política e histórica do Senado, desde sua cria o, com a Constitui o outorgada por D. Pedro I em 1824, até a legislatura atual. Os painéis estão dispostos em ordem cronológica: na parede à esquerda estão informa es do período Imperial e da Primeira República; na parede à direita, o período do Estado Novo até os dias atuais.

O painel à esquerda exibe a obra "Juramento da Princesa Isabel", 1875, de Victor Meirelles, no Palácio Conde dos Arcos, e retrata uma sessão plenária na primeira sede do Senado. Ao centro, está ajoelhada a princesa Isabel jurando fidelidade   Constitui o, ato que lhe possibilitaria, a qualquer momento, assumir o lugar do seu pai, o Imperador D. Pedro II, como princesa-regente em caso de sua ausência ou impedimento.

O primeiro painel à esquerda mostra a fachada dos palácios ocupados pelo Senado Federal, ainda no Rio de Janeiro: o Palácio Conde dos Arcos e o Palácio Monroe. O segundo painel rememora o processo de transferência da capital federal para Brasília e a inaugura o da atual sede do Senado e da Câmara. Do lado oposto, há outros dois painéis. Um cont m o

diagrama de tramitação típica de um projeto de lei do Senado. O outro mostra as iniciativas de comunicação social do Senado Federal.

À direita está o painel com a exposição da atual composição do Senado. As fotos dos 81 senadores com seus nomes e partidos estão organizadas de acordo com as unidades da federação. Em destaque, o painel exhibe também a formação atual da Mesa do Senado, constituída por sete senadores que conduzem os trabalhos da Casa por um período de dois anos.

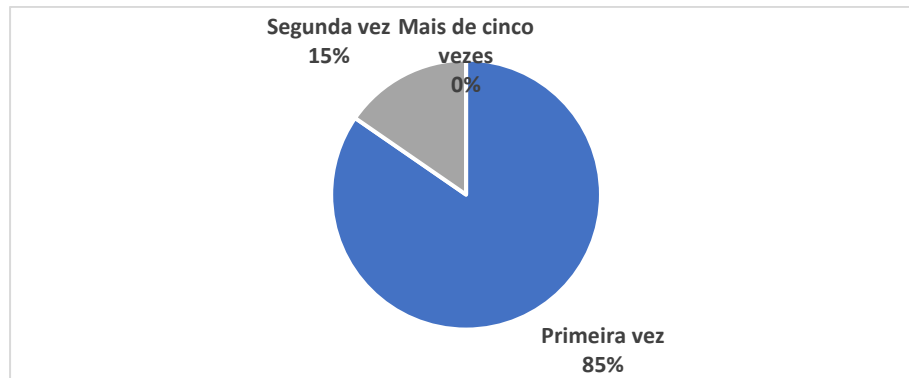
A obra Alumbramento, de Marianne Peretti, foi criada para o Salão Nobre do Senado Federal em 1978. O painel escultural vitral refletia os anseios pela liberdade e democracia e foi feito com mais de 200 peças de vidro pela artista. Depois de restaurado em 2016, foi instalado no Salão Branco do Congresso Nacional, conhecido também como Chapelaria, uma das entradas de rotina do Palácio e parada final da visita institucional.

#### 4.1 PERCEPÇÕES E PERFIL DOS VISITANTES

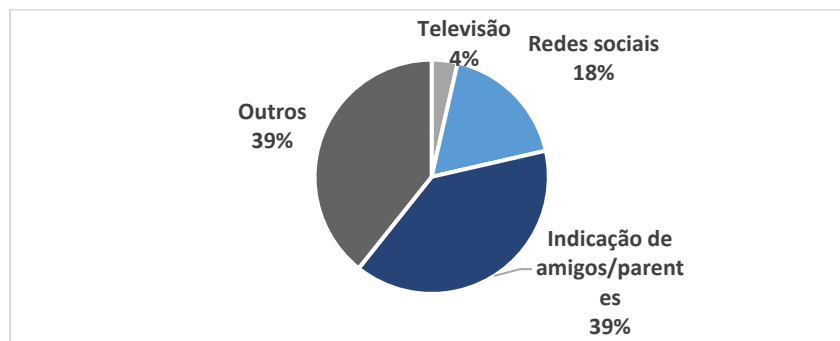
A seguir, passaremos à apresentação do perfil dos visitantes do Congresso Nacional e de gráficos que ajudam a delinear, além da motivação, a relação do cidadão com Parlamento Brasileiro e com seu patrimônio cultural.

A partir dos questionários aplicados aos cidadãos na etapa inicial da visita, durante o período da pesquisa, observou-se que dentre os entrevistados, 85% estavam participando do roteiro de visita pela primeira vez e 15% pela segunda vez (Gráfico 1). Dentre aqueles que retornaram ao Congresso, a motivação, na maior parte dos casos, relatada às pesquisadoras, foi justamente para rever o percurso da visita, obras de arte e observar outros detalhes do Congresso não vistos em uma primeira visita.

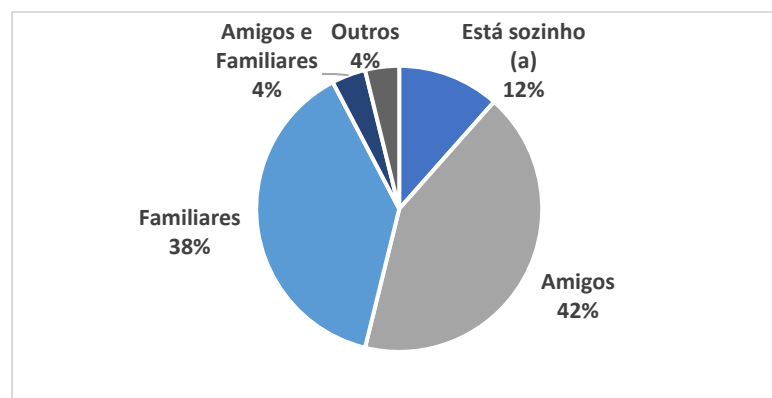
Com relação aos meios de acesso à divulgação da visita institucional, em 39% das respostas a indicação de amigos e parentes foi o meio mais recorrente de conhecimento; em 18% das respostas a informação foi obtida pelas redes sociais, numa demonstração de que a indicação de familiares e amigos se mostra a forma mais eficaz da divulgação da visita (Gráfico 2). Com relação ao perfil do visitante, a pesquisa constatou que 42% dos entrevistados participaram da visita institucional acompanhados de amigos e 38% acompanhado de familiares (Gráfico 3).

**Gráfico 1 - Já participou do roteiro de visitação ao Congresso Nacional outras vezes?**

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 2 - Como teve conhecimento da visitação?**

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 3 - Quem acompanha voc e?**

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

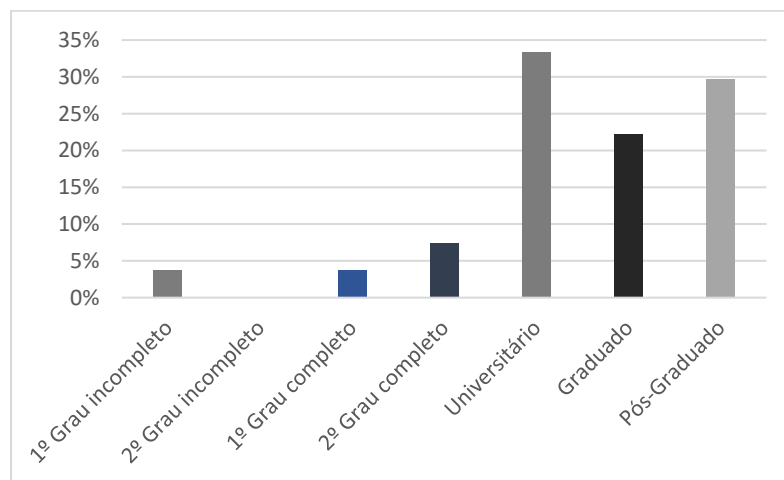
Quanto ao grau de escolaridade dos visitantes entrevistados, 33% relataram que são estudantes universitários; 22% são graduados e 30% pós-graduados (Gráfico 4), o que demonstra elevado grau de instrução dos visitantes. Ao considerar a faixa etária dos visitantes, 48% deles tem idade entre 20 e 29 anos e 34% entre 30 e 39 anos (Gráfico 5). Adicionalmente, no recorte realizado por esta pesquisa, houve um predomínio de homens (54%) em detrimento de mulheres (45%) na visitação (Gráfico 6).

Ao considerar o contexto sociogeográfico, foram registrados visitantes de todas as partes do Brasil. A maior concentração é da região Sudeste (41%); na sequência estão visitantes das regiões Nordeste (27%) e Centro-Oeste (19%). A região Norte representou 12% dos entrevistados e Sul com 4% (Gráfico 7).

Sobre esse aspecto é relevante ressaltar que há um considerável número de visitantes de outras regiões do país. Sublinha-se ainda que a pesquisa se deteve na análise da visitação do Palácio nos finais de semana. Nesse sentido, as pesquisadoras identificaram que quando os questionários foram aplicados nos últimos horários da visitação ou aos domingos, houve um impacto no preenchimento das respostas ao final da visitação, uma vez que alguns visitantes precisavam interromper a visita para retorno à cidade de origem.

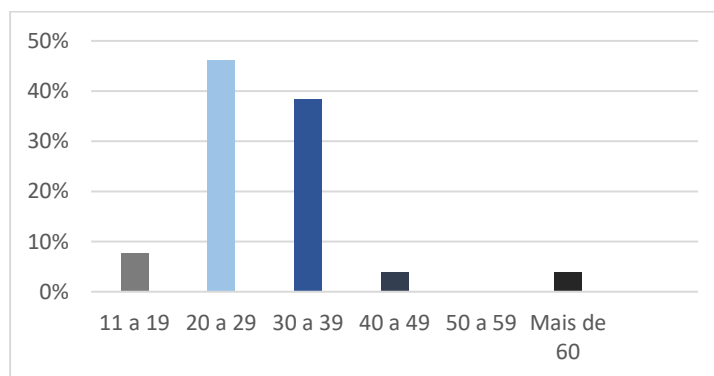
Quanto à religião dos visitantes 34% assinalaram no questionário que são católicos; 31% evangélicos (Gráfico 8). No que concerne ao estado civil dos entrevistados a maior parte deles é solteiro (66%) e 31% casado (Gráfico 9).

**Gráfico 4 - Grau de escolaridade**



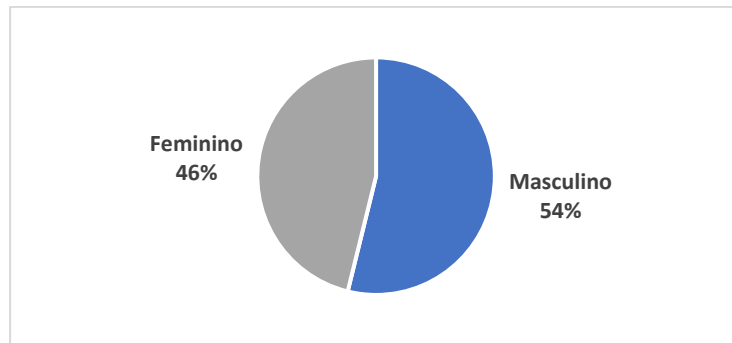
**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 5 - Idade**

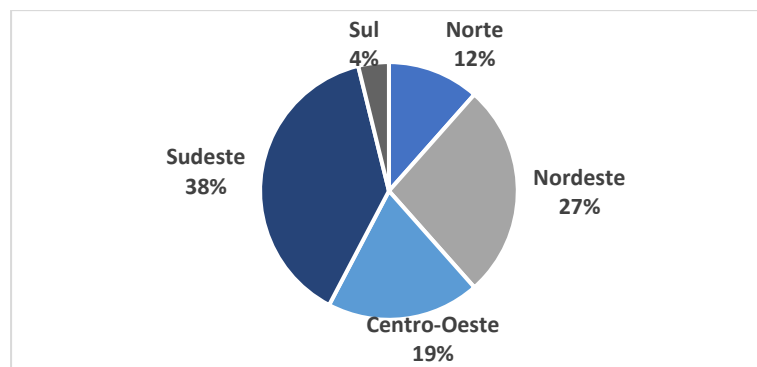


**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

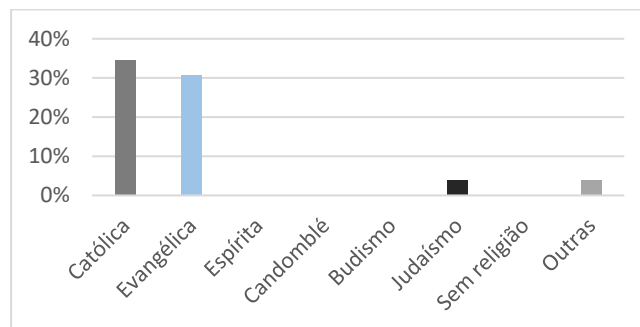


**Gráfico 6 - Sexo**

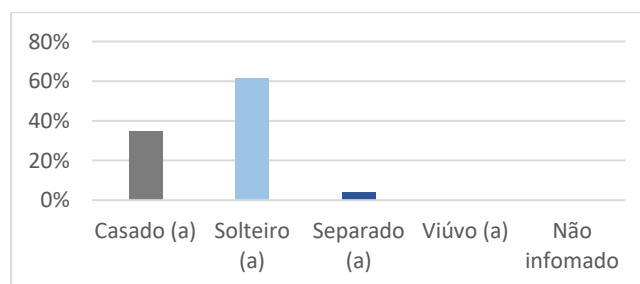
**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 7 - Região**

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 8 - Religião**

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 9 - Estado Civil (Situação Conjugal)**

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

Os visitantes foram questionados sobre a motivação para visitar o Congresso Nacional. Nesse quesito, muitos participantes assinalaram mais de uma opção. Em 35% das respostas o interesse foi motivado pela curiosidade de conhecer a história política do país; 30% pelo interesse em conhecer as obras de artes que estão no Congresso; e em 28%, a motivação foi para atividades de lazer (Gráfico 10).

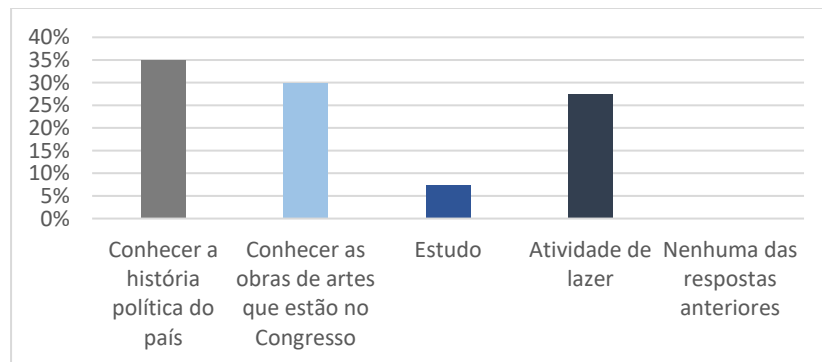
Nesse aspecto, observa-se que há um elevado interesse da sociedade em conhecer as obras de arte do Congresso. Esse fato demonstra a relevância da atividade no aspecto da educação patrimonial, uma vez que possibilita uma aproximação do cidadão com o patrimônio cultural brasileiro, fortalece ações de proteção e preservação a esse patrimônio e estimula o interesse pela memória social:

A consciência em preservar o patrimônio histórico e cultural sem dúvida contribuirá para que as gerações futuras possam usufruir desta herança cultural e, por meio destes testemunhos do passado, compreender o processo de desenvolvimento da identidade nacional (Medeiros, 2009).

O interesse dos visitantes em conhecer as obras de arte motiva, de certo modo, ações de preservação ao patrimônio:

A necessidade de se preservar o patrimônio histórico-arquitetônico no Brasil se intensifica na década de 1910. Manifestava-se um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção de bens culturais, antecedendo a Semana de Arte Moderna. Em meio a esse movimento, nosso patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos de memória nacional (Medeiros, 2009).

**Gráfico 10 - Qual foi a motivação para visitar o Congresso Nacional?**



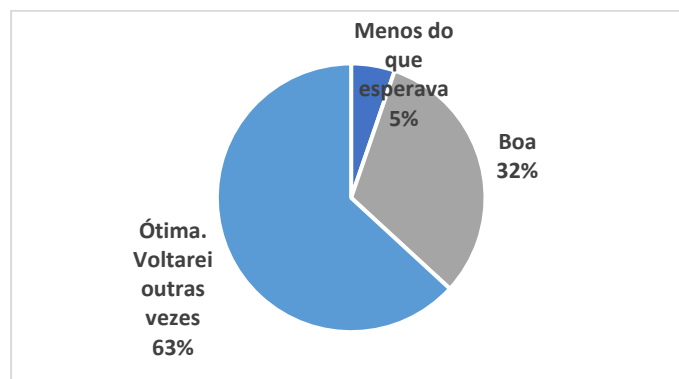
**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

Por conseguinte, ao final da visita institucional os visitantes foram submetidos ao preenchimento de um novo questionário para avaliar e compreender a percepção do cidadão sobre a preservação do Patrimônio Cultural. Para tanto, observou-se que a maior parte dos visitantes (63%) destacou como ótima a experiência da visita e que irá participar do roteiro outras vezes; 32% deles consideraram a visita como boa (Gráfico 11).

Os locais de maior interesse dos visitantes foi o Plenário do Senado Federal (36%); o Plenário da Câmara dos Deputados (28%); seguidos pelo Salão Verde (18%) e Salão Negro (15%) (Gráfico 12).

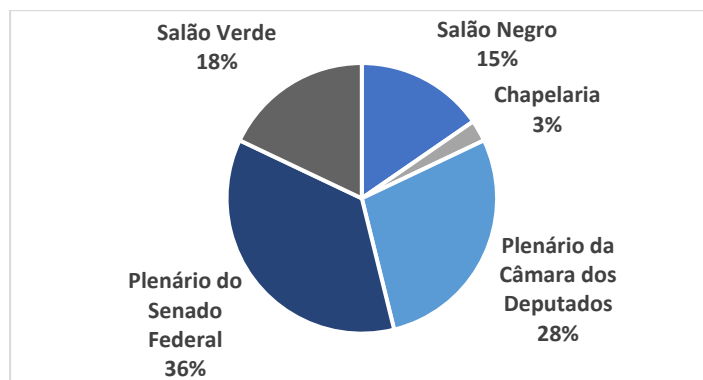
A pesquisa também revelou o conhecimento dos visitantes sobre as obras de alguns dos artistas em exposição no Congresso. O artista em exposição mais conhecido pelos visitantes é Athos Bulcão, representando 33% das respostas, o que pode ser considerado um percentual elevado, uma vez que existiu por algum tempo a percepção que o Congresso Nacional é um ambiente apenas de debate político, sendo minorada a relevância arquitetônica e patrimonial do Palácio; entretanto, em 26% das respostas foi identificado que os entrevistados não conheciam a obras dos artistas em exposição no Palácio do Congresso, o que destaca a relevância da democratização do acesso ao acervo e do caráter educativo dessa atividade institucional, que possibilita a vivência e a reflexão crítica das obras de arte (Gráfico 13).

**Gráfico 11** - Como você avalia sua experiência com a visita?

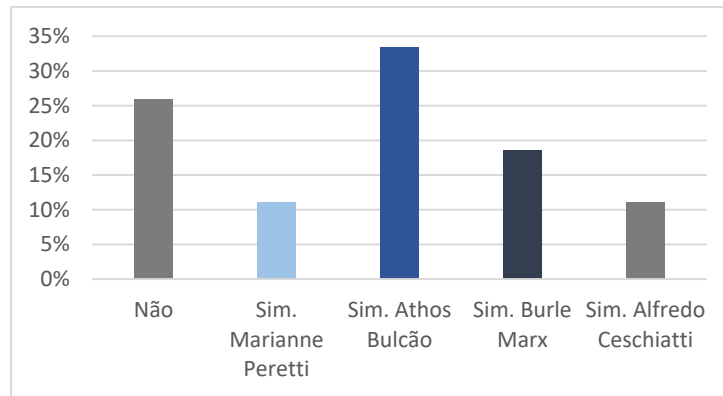


**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 12** - Quais os locais de maior interesse na visita?



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 13** - Você conhecia a obra de algum dos artistas em exposição no Congresso?

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

Os visitantes também foram questionados sobre o que mais impressionou na visita. Para esse item foi solicitado ao visitante redigir manualmente sua opinião com o objetivo de compreender sua percepção sobre o Congresso Nacional. Nas respostas, foi possível constatar a espontaneidade dos visitantes e o deslumbramento com o Palácio, os Plenários, as obras de arte e a arquitetura do prédio, espaços, dentre outros.

Os visitantes destacaram aspectos como o tamanho do Congresso, especialmente a discrepância entre o tamanho dos dois Plenários, Câmara e Senado. Sobre esse ponto, no percurso da visita é comum que o guia apresente esclarecimentos, justamente porque no Plenário da Câmara dos Deputados não há cadeiras suficientes para todos parlamentares, um dos motivos pelos quais muitos deles ficam em pé em discursos e votação. Já no Plenário do Senado, todos os parlamentares possuem assento, o que justifica a percepção do visitante que Câmara é pequena:

“Que a Câmara é pequena”

“O Tamanho do edifício”

“Arrumação”

“O fato de ter um túnel que liga o Congresso com o restante e a importância dada ao assunto”

“A atenção das pessoas”

“Os Plenários”

“O tamanho da Câmara dos Deputados, muito pequena em relação ao número de deputados”

“Áreas grandes”

“Tamanho amplo dos espaços”

Para demonstrar esse tom de maravilhamento, nos registros das manifestações espontâneas apresentadas nos questionários, registramos várias observações, muitas delas relativas ao acervo cultural do Congresso Nacional, tais como:

“Presentes recebidos pelos representantes do país”

“Arquitetura e obras”

“As obras de arte e a história política”

“Obras lindas e variadas”

“Perfeito projeto atual ainda, mesmo após mais de meio século de realização”

“As obras”

“Toda a história, estrutura e obras de arte”

Observou-se, ainda, que em 35% dos questionários preenchidos há um elevado interesse dos visitantes em conhecer o Museu do Senado. Atualmente ele não faz parte do roteiro institucional de visita, mas é aberto para visitantes interessados em conhecê-lo durante a semana.

Adicionalmente, em 30% das respostas foi identificado o interesse dos visitantes em acompanhar as atividades de Comissões e Plenário durante a visita. Destaca-se que hodiernamente, não é permitido entrar em uma comissão ou em um gabinete, em atividade na semana, com um grupo de 40 visitantes, mas está sendo avaliada a possibilidade de grupos menores como modalidades de visita ampliada (Gráfico 15).

Os visitantes foram questionados sobre o impacto da visita na percepção sobre o Congresso. A pesquisa demonstrou que há um impacto relevante, uma vez que em 33% das respostas há o entendimento de que a visita reforça o interesse pela preservação e valorização do patrimônio cultural, expressando o impacto que a estrutura arquitetônica e o patrimônio do Congresso causam ao visitante; e em 29% das respostas há a percepção de que a visita possibilita maior aproximação com o Parlamento brasileiro (Gráfico 16).

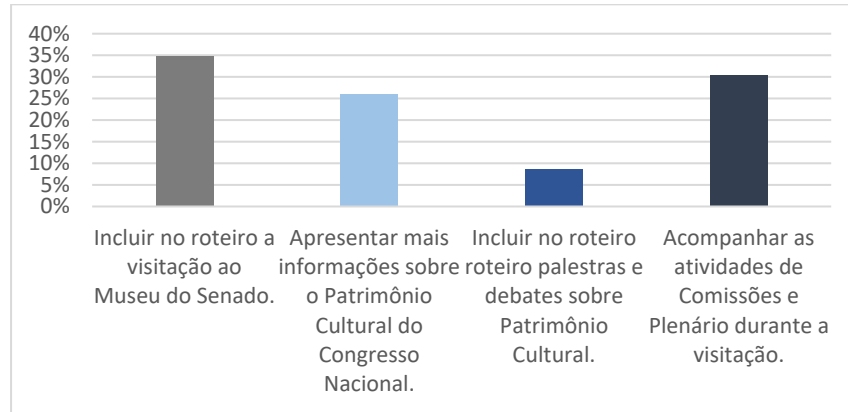
Esse aspecto demonstra que o conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens (Medeiros, 2009).

Quando a população se apropria e se reconhece nos bens culturais eleitos como representativos da nação torna-se mais fácil atuar com políticas de preservação. Portanto, trabalhos de educação patrimonial que atuem na conscientização da população para a proteção do patrimônio são essenciais nas políticas de preservação (Medeiros, 2009).

Nesse sentido, a pesquisa revela que o Programa de visita institucional do Congresso Nacional modifica a percepção do cidadão que participa do roteiro de visita e passa a conhecer e compreender a estrutura e funcionamento do Parlamento brasileiro, bem como o patrimônio cultural que nele se encontra. A atividade estimula o cidadão a conhecer

e proteger a memória e valorizar o patrimônio cultural brasileiro por meio da formação de uma consciência crítica sobre a realidade.

**Gráfico 15** - O que você acha que poderia melhorar na visitação?



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

**Gráfico 16** - A visita impactou na sua percepção sobre o Congresso Nacional? Como?



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo dados do Serviço de visitação do Congresso Nacional, o programa expandiu o número de visitantes nos últimos anos, e já alcançou a margem de mais de 150 mil visitantes por ano. Com a interrupção da visitação durante a pandemia de Covid-19 e os eventos ocorridos em 8 de janeiro, tem-se observado uma ampliação da população interessada em participar do programa de visitação do Congresso.

Compreende-se que para que seja possível a preservação do patrimônio cultural de uma nação, faz-se necessário proteger, resguardar, evitando-se, assim, que algo possa ser atingido por alguma coisa que lhe cause dano, enquanto que para a conservação desse patrimônio é mister que se mantenha de forma contínua, dinâmica e transformadora o

interesse pelos patrimônios culturais, informando a real importância do significado desses bens a partir do conhecimento desse patrimônio que só é possível quando abrimos as portas das instituições e tornamos possível o acesso do cidadão a este acervo, para muitos, distante da sua realidade.

A visita institucional do Palácio do Congresso promove uma ação educativa de valorização e proteção do patrimônio cultural que possibilita o fortalecimento dos vínculos com as comunidades:

Dessa forma será possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais (Florêncio, 2015).

O Programa de visita ao Congresso Nacional torna o acesso possível e convida o visitante a uma reflexão sobre o papel do Parlamento Brasileiro, sua importância, sua história, sua contribuição na dinâmica dos Três Poderes e mais que isso, convida o cidadão a se tornar parte deste processo, trazendo, além dos conhecimentos sobre as obras de arte de artistas renomados, a vivência dos espaços onde são elaboradas as leis de nosso País, e a compreensão da necessidade de preservar e proteger o patrimônio como seu.

A visita tem se mostrado um espaço de acesso a informações relativas ao legislativo, ao patrimônio e à identidade nacional. Também alerta sobre a importância da participação individual, e possibilita o despertar do interesse da sociedade pelo acervo histórico e cultural do país e o fortalecimento da cultura de Defesa. A visita é também compreendida como uma atitude espontânea do visitante e uma atividade de cidadania de conhecer o Parlamento brasileiro, a história política do país, as obras de artes e a arquitetura do prédio.

Destaca-se que o visitante é surpreendido com o vasto acervo de obras de arte que se encontram no Congresso Nacional, uma vez que há uma percepção majoritária de que o Congresso é voltado exclusivamente para sua atividade fim, o exercício do poder político e da atividade legislativa. Durante a visita, o cidadão passa a ter a compreensão que o Palácio dispõe de grande acervo artístico, com obras de importantes artistas de elevado valor histórico e cultural e referências no patrimônio cultural brasileiro.

No viés da Defesa Nacional, a visita também possibilita:

- consolidar a cultura nacional a partir das obras de renomados artistas, tais como Mariane Perreti, Athos Bulcão, Alfredo Cesquiatti e Burlle Max, distribuídos pelos diversos espaços como os Salões Nobres, Salões Verde e Azul, Chapelaria e Salão Negro, Sala de

Audiências das Presidências de ambas as Casas, que conferem aos espaços características da identidade nacional, aspectos históricos e a importância da preservação do nosso patrimônio histórico-cultural;

- convidar os visitantes a fazerem uma reflexão do seu papel como cidadão na proposição de leis;
- reforçar os laços de pertencimento ao Estado Nacional, conjugando o patrimônio histórico-cultural para a promoção do desenvolvimento de uma cultura de Defesa.

Por conseguinte, a partir da análise apresentada, compreendemos que a visita institucional pode ser caracterizada como instrumento de Defesa Nacional uma vez que dentre os objetivos descritos na Política Nacional de Defesa estão: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; e ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos relativos à preservação do patrimônio nacional e por conseguinte fortalecer a abrangência do conceito de Defesa Nacional.

Ressalta-se que além das informações disponibilizadas na visita institucional, o acesso às publicações que são distribuídas ao final da vivência pode cooperar para promover e manter a cultura do país e a identidade nacional e conseqüentemente revela uma atuação estratégica de proteção da Cultura e de Defesa Nacional.

Com as informações obtidas nos questionários aplicados na visita institucional do Congresso Nacional, observou-se que o Programa não representa uma atividade de lazer, exclusivamente, pois há a percepção nítida que a visita tem um viés educativo, uma vez que os visitantes buscam, em grande medida, aprofundar o conhecimento, seja na história política do país, seja na exploração das obras de artes que estão em exposição permanente no Congresso Nacional, reforçando o interesse pela valorização do patrimônio cultural nacional e para o fortalecimento da cultura de Defesa.

Por fim, apesar dos entendimentos explicitados nesta pesquisa, não são de conhecimento geral as ações no âmbito da Defesa Nacional que coadunam objetivamente com a garantia do patrimônio cultural, como previsto na PND.

Para tanto, propõe-se como contribuição a integração de instituições ligadas à Defesa Nacional ao VIIBRA (Visitação Institucional Integrada em Brasília) e a inserção da visita institucional ao Congresso Nacional como uma atividade correlata às questões do Brasil Contemporâneo, inserida, por exemplo, na disciplina Estado e Defesa em Perspectiva Histórica no âmbito do CAED 2023, por meio da realização de Estudos Interdisciplinares de



Campo (EIC) no Curso de Especialização em Altos Estudos em Defesa da Escola Superior de Defesa.

## REFERÊNCIAS

- BARRANHA, H. **Patrimônio cultural: conceitos e critérios fundamentais**. Lisboa: IST Press e ICOMOS. 2016.
- BARRETO, Fernando Souza de Barros; SILVA, Marisalvo da. **Cultura de Defesa: caminhos para desenvolvimento da mentalidade de defesa nacional**. 2022. [https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1606/1/48%20TCC%20CAED%202022\\_FERNANDO\\_MARISALVO\\_revbib.pdf](https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1606/1/48%20TCC%20CAED%202022_FERNANDO_MARISALVO_revbib.pdf). Acesso em: 3 out 2023.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional (II PDN)**, 2005.
- CARVALHO, F. R. T. **Turismo e patrimônio cultural material Cultura – UDESC**, Florianópolis, v.9, n.1, 2015
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2017.
- CRUZ, Walesca Borges da Cunha. **Projeto de visita do parlamento brasileiro: construção de uma nova imagem**. DE TESES, Coleção. e Monografias, 2010.
- DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.258 p.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, p. 59-79, 2003.
- FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais**. ANAIS DO V SIMPÓSIO CAPIXABA DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL, p. 9, 2015. <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/e045b326-0d0d-4219-8c5c-560c21793732.pdf#page=9>. Acesso em: 26 set. 2023.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Org.) **Turismo e patrimônio cultural**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2005. 130p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Cultura, Substantivo Plural** (Coord. Marcia de Paiva e Maria Ester Moreira), CCBB, 34 Letras, 1996, Rio de Janeiro. A obsessão pela Cultura.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-29, 2003.
- HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIRA, Flaviana. **Indicador de avaliação do estado de conservação de cidades patrimônio cultural da humanidade: o caso do conjunto urbanístico de Brasília/DF**, 2014.

MARTINS, Sara D. Teixeira. **A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na freguesia do Castelo em Lisboa**. Dissertação de mestrado em Antropologia. ISCSP/ Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio**. 2009. <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0135.pdf> f. Acesso em: 17 set. 2023.

MEDEIROS, Valério; DA SILVA MATTA, Mauricio. **Momento de criação: a concepção de Brasília e do Congresso Nacional**. Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, Câmara dos Deputados, 2016.

MELO, João Esteves Mota. **Comércio Tradicional, Políticas Públicas e Patrimônio**. 2021. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137681/2/514680.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: editora brasiliense, 1994. 5ª edição.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural**, v.1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

RODRIGUES, Donizete. **Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica**. Revista Ubimuseum, v. 1, p. 45-52, 2012.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013. 9ª edição.

SANTOS, Carlos Lúcio Waldino dos. **A evolução da mentalidade de defesa no Brasil e seus reflexos para as Forças Armadas**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://redebie.decex.eb.mil.br/pergamumweb/vinculos//000042/000042e3.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

## APÊNDICE

Visitação ao Congresso Nacional – QUESTIONÁRIO 1						
<b>1. Já participou do roteiro de visitação ao Congresso Nacional outras vezes?</b>						
<input type="checkbox"/> Primeira vez		<input type="checkbox"/> Segunda vez		<input type="checkbox"/> Mais de cinco vezes		
<b>2. Como teve conhecimento da visitação?</b>						
<input type="checkbox"/> Jornal		<input type="checkbox"/> Televis�o		<input type="checkbox"/> Redes Sociais	<input type="checkbox"/> Indicaç�o de amigos/parentes	<input type="checkbox"/> Outros
<b>3. Quem acompanha voc�e?</b>						
<input type="checkbox"/> Está sozinho (a)		<input type="checkbox"/> Amigos		<input type="checkbox"/> Familiares	<input type="checkbox"/> Amigos e Familiares	<input type="checkbox"/> Outros
<b>4. Grau de escolaridade</b>						
<input type="checkbox"/> 1� Grau incompleto	<input type="checkbox"/> 2� Grau incompleto	<input type="checkbox"/> 1� Grau completo	<input type="checkbox"/> 2� Grau completo	<input type="checkbox"/> Universit�rio	<input type="checkbox"/> Graduado	<input type="checkbox"/> P�s-Graduado
<b>5. Idade</b>						
<input type="checkbox"/> 11 a 19	<input type="checkbox"/> 20 a 29	<input type="checkbox"/> 30 a 39	<input type="checkbox"/> 40 a 49	<input type="checkbox"/> 50 a 59	<input type="checkbox"/> Mais de 60	
<b>6. Sexo</b>						
<input type="checkbox"/> Masculino				<input type="checkbox"/> Feminino		
<b>7. Regi�o</b>						
<b>Regi�o Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>		
<input type="checkbox"/> Amazonas (AM)	<input type="checkbox"/> Maranh�o (MA)	<input type="checkbox"/> Mato Grosso (MT)	<input type="checkbox"/> S�o Paulo (SP)	<input type="checkbox"/> Paran� (PR)		
<input type="checkbox"/> Roraima (RR)	<input type="checkbox"/> Piauí (PI)	<input type="checkbox"/> Mato Grosso do Sul (MS)	<input type="checkbox"/> Rio de Janeiro (RJ)	<input type="checkbox"/> Rio Grande do Sul (RS)		
<input type="checkbox"/> Amapá (AP)	<input type="checkbox"/> Ceará (CE)	<input type="checkbox"/> Goiás (GO)	<input type="checkbox"/> Espírito Santo (ES)	<input type="checkbox"/> Santa Catarina (SC)		
<input type="checkbox"/> Par� (PA)	<input type="checkbox"/> Rio Grande do Norte (RN)	<input type="checkbox"/> Distrito Federal (DF)	<input type="checkbox"/> Minas Gerais (MG)			
<input type="checkbox"/> Tocantins (TO)	<input type="checkbox"/> Pernambuco (PE)					
<input type="checkbox"/> Rond�nia (RO)	<input type="checkbox"/> Para�ba (PB)					
<input type="checkbox"/> Acre (AC)	<input type="checkbox"/> Sergipe (SE)					
	<input type="checkbox"/> Alagoas (AL)					
	<input type="checkbox"/> Bahia (BA)					
<b>8. Religi�o</b>						
<input type="checkbox"/> Cat�lica		<input type="checkbox"/> Evang�lica		<input type="checkbox"/> Esp�rita	<input type="checkbox"/> Candombl�	
<input type="checkbox"/> Budismo		<input type="checkbox"/> Juda�simo		<input type="checkbox"/> Sem religi�o	<input type="checkbox"/> Outras	
<b>9. Estado Civil (Situação Conjugal)</b>						
<input type="checkbox"/> Casado (a)		<input type="checkbox"/> Solteiro (a)		<input type="checkbox"/> Separado (a)	<input type="checkbox"/> Vi�vo (a)	<input type="checkbox"/> Não informado
<b>10. Qual foi a motivação para visitar o Congresso Nacional?</b>						
<input type="checkbox"/> Conhecer a história política do país		<input type="checkbox"/> Conhecer as obras de artes que estão no Congresso		<input type="checkbox"/> Estudo	<input type="checkbox"/> Atividade de lazer	<input type="checkbox"/> Nenhuma das respostas anteriores

Visitação ao Congresso Nacional – QUESTIONÁRIO 2				
1. Como você avalia sua experiência com a visitação?				
<input type="checkbox"/> Menos do que esperava	<input type="checkbox"/> Boa	<input type="checkbox"/> �tima. Voltarei outras vezes.		
2. Quais os locais de maior interesse na visitação?				
<input type="checkbox"/> Salão Negro	<input type="checkbox"/> Chapelaria	<input type="checkbox"/> Plenário da Câmara dos Deputados	<input type="checkbox"/> Plenário do Senado Federal	<input type="checkbox"/> Salão Verde
3. Você conhecia a obra de algum dos artistas em exposição no Congresso?				
<input type="checkbox"/> Não.	<input type="checkbox"/> Sim. Marianne Peretti	<input type="checkbox"/> Sim. Athos Bulcão	<input type="checkbox"/> Sim. Burle Marx	<input type="checkbox"/> Sim. Alfredo Ceschiatti
4. O que mais te impressionou na visitação?				
5. O que voc� acha que poderia melhorar na visitação?				
<input type="checkbox"/> Incluir no roteiro a visitação ao Museu do Senado.	<input type="checkbox"/> Apresentar mais informações sobre o Patrimônio Cultural do Congresso Nacional.	<input type="checkbox"/> Incluir no roteiro palestras e debates sobre Patrimônio Cultural.	<input type="checkbox"/> Acompanhar as atividades de Comissões e Plenário durante a visitação.	
6. A visita impactou na sua percepção sobre o Congresso Nacional? Como?				
<input type="checkbox"/> Não.	<input type="checkbox"/> Sim. A visitação possibilita maior aproximação com o Parlamento brasileiro.	<input type="checkbox"/> Sim. A visita reforça o interesse pela preservação e valorização do Patrimônio Cultural.	<input type="checkbox"/> Sim. A visita reforça a relevância do Congresso Nacional para a história do país.	<input type="checkbox"/> Nenhuma das respostas anteriores.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS, IMAGEM E SOM DE VOZ PARA PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n  \_\_\_\_\_, email \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_ autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, bem como os dados coletados nessa pesquisa, em todo e qualquer material entre vídeos, fotos e documentos, na qualidade de participante/entrevistada (o) no projeto de pesquisa intitulado **“Defesa e Patrimônio Cultural: a visitação do Congresso Nacional como estudo de caso”** sob responsabilidade da orientadora N dia Xavier Moreira vinculada ao Curso de Altos Estudos em Defesa da Escola Superior de Defesa. A presente autorização é concedida para a equipe de pesquisa   título gratuito abrangendo o uso de som e imagem em todo território nacional, seja eles televisão, rádio, internet; para análise e para apresentação em documentos e conferências profissionais e acad micas, desde que vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Os dados coletados na pesquisa servirão para a elaboração de artigos, notas técnicas e outros trabalhos científicos, bem como relatórios que poderão subsidiar manuais e/ou outros normativos.

Brasília \_\_\_/\_\_\_/2023.

Assinatura da pesquisadora:	Assinatura da pesquisadora: